

Movimento de Abolição Animal e seus Quadros para Mobilização¹

Camila Carbornar de SOUZA²
Kelly Cristina de Souza PRUDENCIO³
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

O artigo trata do movimento social de abolição animal, contemporâneo e em emergência no Brasil, da perspectiva da teoria da mobilização política, especificamente da sua linha de enquadramento, com seus conceitos de mobilização e repertório de confronto. O artigo apresenta o movimento, destacando os seus principais conceitos, apresenta a composição brasileira do movimento, delineando características gerais das organizações, retoma alguns estudos estrangeiros sobre o enquadramento no movimento abolicionista e coloca, de forma inicial, as organizações brasileiros na ótica de enquadramento, a fim de compreender de quais formas o movimento tenta ganhar adesão da sociedade. A metodologia utilizada é a bibliográfica, com estudo de enquadramento e aplicação de questionário.

Palavras-chave: movimento de abolição animal; enquadramento; repertório; mobilização.

Apresentação do movimento

Considera-se o movimento de abolição animal como de fato um movimento social de acordo com a perspectiva de Tarrow (2009), na qual movimento social é caracterizado por “seqüências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (TARROW, 2009, p. 18), indo além da simples incidência de um número maior de protestos. Para o autor, os movimentos sociais têm três processos principais, que são: preparar os desafios coletivos; instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e construir a solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva. Como propriedades empíricas eles possuem protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PPGCOM, email: camilacarbornars@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PPGOM, email: kelly.prudencio5@gmail.com

social e interação sustentada. Outra característica é a de preparar desafios por meio de ações disruptivas diretas, que são quase sempre públicas (MELLUCCI⁴ apud TARROW, 2009).

O movimento dos direitos animais⁵ (não humanos), formado com o interesse geral de promover os interesses de outros animais, existe desde o início do século XIX (BEERS⁶ apud WRENN, 2014). Seu início se deu pela preocupação com o tratamento destinado a cavalos utilizados para trabalho, e cães de rua, na Inglaterra. Um tempo depois, os Estados Unidos passam a ter indivíduos interessados nos direitos animais e as metas passaram a abranger interesses de animais utilizados para alimentação, entretenimento, experimentação e companheirismo. De tal modo, na década de 1970 ativistas já falavam em uma completa abolição da exploração animal. Foi nessa década que o movimento passou a se consolidar com o caráter abolicionista, inclusive lapidando a sua base filosófica para o abolicionismo. Foi em 1970 e 1980 que muitas organizações, hoje referências, surgiram e que algumas obras expoentes do assunto foram publicadas.

O movimento de abolição animal pode ser pensado como um movimento social de resistência, tendo em vista que ele está em conflito e atua contra a hegemonia dominante, tanto de governantes quanto de grandes corporações em diversos segmentos (ARTICO, 2013). Esse movimento é originário de uma separação crucial de posturas a partir do *master frame* de defesa animal: há mais de um século fala-se em reformas quanto ao tratamento destinado aos animais, pensando-se no bem-estar dos mesmos, enquanto a perspectiva abolicionista, que tem como foco a não utilização de animais, é posterior e recente (YATES⁷ apud WRENN, 2012). Portanto, há diferenças substanciais em relação aos *frames* de diagnóstico, prognóstico e ação – elementos que compõem os quadros de ação coletiva (BENFORD; SNOW, 2000). As ideias de reforma quanto ao tratamento dos animais vêm da vertente dominante da defesa animal, a vertente bem-estarista. O seu foco utilitarista no tratamento e na eliminação do sofrimento desnecessário não impede que os animais sejam explorados e tratados como objetos. De certa forma, ainda corrobora a utilização de animais, uma vez que diz respeito à obrigação moral de tratar bem os animais, tentando fazer empresas agir desse modo e terem, portanto, produtos com maior aceitação de

⁴ MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge, 1996.

⁵ O termo “direitos animais” explicita a ideia de que os animais (não humanos) também são seres de direitos, como respeito e não-violação, uma vez que são sujeitos de uma vida, demonstrando interesse por bem mantê-la.

⁶ BEERS, D. L. 2006. **For the Prevention of Cruelty**: The History and Legacy of Animal Rights Activism in the United States. Athens: Ohio University Press.

⁷ YATES, R. **Poverty of Ambition in the Context of Social Change**. On Human-Nonhuman Relations. 2009. <http://human-nonhuman.blogspot.com/2009/10/poverty-of-ambition-in-context-of.html>

mercado. Ao movimento abolicionista, além dos desafios impostos para a mobilização social, impõem-se desafios para com a defesa animal em geral:

the nonhuman animal welfare movement dominates nonhuman animal rights discourse and is consequently able to influence nonhuman animal rights ideology. Control over ideology is maintained through framing and the active construction of meaning (Snow and Benford, 1988). Within a paradigm dominated by welfarism, abolitionism must struggle for recognition (DeCoux, 2009).(WRENN, 2012, 449).

É na internet que as ideias abolicionistas encontraram uma rede considerável de pessoas dispostas a constituir a sua rede interna e tiveram maior ressonância: *“Though Francione had been arguing for an end to nonhuman animal use with ethical veganism as the moral baseline for two decades, it was not until his entry into the internet community that his theory found a sizeable audience.”* (ibid. p. 438-439). Há um domínio da defesa da abolição animal *online*, o que se converte em recurso de explorar a mobilização na internet. *“The internet has reduced the costs of mobilization and has allowed activists to communicate and network outside of the welfarist movement’s dominant discourse (Francione and Garner, 2010).”* (ibid. p. 451).

Os abolicionistas entendem que seres sujeitos de uma vida possuem valor, independente da sua capacidade de sofrimento e que ambos os animais não humanos e humanos têm interesse em continuar a viver com um potencial igual para futura satisfação; reconhecem ainda que os animais têm direito de não ser tratado como propriedade. Tal reconhecimento implica na abolição do uso de animais e da exploração institucionalizada e na rejeição do especismo. Especismo é o preconceito contra animais não humanos que arbitrariamente atribui diferentes valores e níveis de valor moral (RYDER⁸ apud WRENN, 2012). A discriminação com base em uma característica faz o especismo operar com a mesma lógica do racismo e do sexismo. *“The species of a sentient being is no more reason to deny the protection of this basic right than race, sex, age, or sexual orientation is a reason to deny membership in the human moral community to other humans”* (FRANCIONE⁹ apud WRENN, 2012, p. 440-441).

Entende-se ser logicamente inconsistente lutar pelo fim do uso de animais enquanto continua a consumi-los. Dessa forma, o abolicionismo adota o veganismo como base necessária. O veganismo parte do princípio da igual consideração de tomar os

⁸ RYDER, R. **Animal Revolution: Changing Attitudes towards Speciesism.** Berg Publishers. 2000.

⁹ FRANCIONE, Gary. **The Six Principles of the Abolitionist Approach to Animal Rights.** The Abolitionist Approach. 2009. <http://www.abolitionistapproach.com/peter-singer-and-the-welfarist-position-on-the-lesser-value-of-nonhuman-life/>.

interesses dos animais não-humanos a sério e reconhece que eles têm interesses moralmente significativos em não sofrer e não ser utilizados como recursos. Sua prática ocorre na não utilização de animais, em nenhuma instância – seja em alimentação, vestuário, trabalho, entretenimento, em pesquisas científicas e de diversos segmentos, em jogos e competições, em confinamentos com finalidades reprodutivas ou de exibição, dentre diversas outras práticas exploratórias que veem o animal como um meio de se chegar a determinado fim, onde ele não tem fim e valor em si mesmo. Tanto se espera dos seus membros que o veganismo seja a prática exercida, quando que promovam o crescimento dessa prática, através da educação (FRANCIONE¹⁰ apud WRENN, 2012).

O movimento pelos direitos animais teve relação estreita com movimentos em prol de direitos humanitários e sociais. Walls (2008) aponta o seu crescimento ao lado das lutas anti-escravidão e pelo sufrágio da mulher. Corey Wreen (2013) aborda o movimento dos direitos animais como sendo, de algum modo, uma extensão do movimento anti-escravidão dos séculos XX e XIX e do movimento dos direitos civis, ainda atuante; e aponta como uma similaridade entre o movimento dos direitos humanos e o movimento dos direitos animais a necessidade de enfrentar simultaneamente a condição de propriedade e a ideologia opressiva.

Comparações entre os dois movimentos podem ser feitas tanto em nível de objeto, quanto em nível de atuação do movimento. No primeiro nível, o principal argumento é a similaridade entre os dois sistemas de opressão e a observação de que ambos os sistemas se desenvolveram juntos, operam de forma similar e reiteram um ao outro (Nibert¹¹ apud WRENN, 2014). Um exemplo são os campos de concentração que fizeram parte do Holocausto – o sistema empregado foi baseado no sistema de frigoríficos de produção animal (FOER, 2011). No segundo nível, está a dinâmica do movimento pelos direitos animais e as suas táticas, que reapropriam as empregadas pelo movimento dos direitos humanos – e que representa a natureza interativa dos movimentos sociais.¹²

¹⁰ FRANCIONE, Gary. 2009. **Some Thoughts on the Abolitionist Approach**. The Abolitionist Approach. 2009. <http://www.abolitionistapproach.com/some-thoughts-on-the-abolitionist-approach>.

¹¹ NIBERT, D. **Animal rights/Human rights**: Entanglements of oppression and liberation. Oxford: Rowman& Littlefield. 2002.

¹² Outro movimento de questão relacionada é o feminista. Devido à forte conexão entre o feminismo e o veganismo (ADAMS: WAIJ.S: CARMO), cabe ao recorte do artigo apenas mencionar, uma observação maior fica a cargo de trabalhos posteriores.

Contextualização e apresentação quantitativa do movimento no Brasil

O movimento chegou posteriormente no Brasil. Tal fato é verificável pelas datas de criação de organizações de abolição animal (muitas vezes iniciadas como de defesa animal, devido ao contexto e à falta de conhecimento sobre o veganismo). É na década de 2000 que muitas das organizações representantes do movimento foram criadas.

No mapeamento realizado como passo inicial da pesquisa foram constatadas 25 organizações brasileiras animalistas abolicionistas. Uma vez que algumas organizações estão presentes em mais de uma cidade, o número total de grupos fica em cerca de 50. Dos 50 grupos, 19 são de São Paulo, 7 do Rio Grande do Sul, 4 de Santa Catarina, 4 do Paraná, 4 de Pernambuco, 3 de Minas Gerais, 2 do Distrito Federal, 2 do Rio de Janeiro, 1 do Ceará, 1 do Espírito Santo, 1 de Goiás, 1 do Rio Grande do Norte, e 1 do Pará. Tendo em conta que, embora uma organização tenha mais de um grupo, toda organização possua os seus elementos unificadores (como posicionamento, normas de conduta, táticas e operacionalidades), o número que será considerado para a pesquisa, além mapeamento, é o de organizações gerais, não de grupos locais.

Para a realização da pesquisa que vem sido desenvolvida, todos os grupos dos quais se teve conhecimento foram contatados – a princípio com vista à aplicação de um questionário através do qual fosse possível compreender um pouco mais dos grupos que compõem o movimento no Brasil. Dos 25 grupos, 15 responderam o questionário (60% do universo da pesquisa); logo, se trabalhará com essa amostragem. Via questionário foi possível identificar algumas características gerais das organizações. Mais de 65% da amostra não possui registro, se mantendo como um grupo informal, não sendo ONG e também não tendo sede. Os vínculos dos membros são voluntários em quase a sua totalidade. Apenas duas organizações trabalham com a remuneração de pessoas (Instituto Nina Rosa e Sociedade Vegetariana) e a remuneração é feita para a realização de alguns trabalhos, não para a dedicação integral do grupo. De tal forma, o voluntariado é feito no tempo disponível dos membros, o que se converte em uma dificuldade expressa nos questionários.

A formação de redes é uma das características do movimento social. Como tal, a amostragem do movimento de abolição animal no Brasil indica uma forte rede interna. Nenhuma organização é abstémia de relações com outras do movimento. Ações conjuntas e diálogos são favorecidos pela proximidade geográfica. Percebem-se muitas ações conjuntas

e diálogos mais constantes nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, nos quais a diversidade de organizações é maior e a distância menor.

Sem perder o foco da abolição animal, é notável o diálogo com outras causas dentre as organizações dos grupos do movimento – tanto dentro das ações do grupo, quanto com grupos de outros movimentos. A causa mais citada é a do movimento feminista, seguida do conceito geral de direitos humanos. Os pontos específicos dos direitos humanos que foram mencionados dizem respeito à educação, à saúde, e à liberdade sexual. Há coerência do movimento em seguir uma linha não opressora e apoiar causas de resistência que apóiam os mais fracos e são contrárias ao preconceito e à opressão. O meio ambiente, o consumo consciente e a mobilidade urbana são outros conceitos que apareceram nos discursos.

Quanto aos opositores dos grupos, esses se configuram de modo abstrato, uma vez que o movimento se opõe à ideia especista de que animais são propriedade e a utilização conseqüente dos mesmos; e se materializam nas organizações, indivíduos e práticas que exploram animais. Nas respostas do questionário foram mencionados opositores gerais, como a própria cultura da utilização de animais, empresas de criação e produção animal e de laticínios (como a JBS-Friboi, a Marfrig e a BRF – Brasil) e eventos locais, como rodeios crioulos, que é uma realidade de Ponta Grossa-PR e, portanto, o grupo dessa localidade tem os organizadores e mantenedores desses eventos como grandes opositores. A corrente bem-estarista de defesa animal é, inclusive, colocada como adversária, uma vez que, com a sua defesa de “tratamento humanitário” aos animais, e não cessação de uso, vê-se nela um elemento que impede o desenvolvimento do abolicionismo.

Repertório do movimento

Os grupos que lutam pela abolição animal atuam de diversas maneiras. Somadas, formam o repertório da mobilização. Tilly¹³ define “repertório de confronto” como o conjunto de rotinas compartilhadas e realizadas, e como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (apud TARROW, 2009, p.51). As ações que podem ser reapropriadas por diversos atores sociais em favor de diversas reivindicações são chamadas de “modulares” (TARROW, 2009).

¹³ TILLY, C. **How to detect, describe and explain repertoires of contention**. Texto não publicado, 1992.

Através da amostra do questionário, foi possível delinear a composição do repertório do movimento de libertação animal no Brasil¹⁴. Ele é expresso na tabela:

<i>Organização</i>	<i>Repertório</i>
Abolicionistas Veganos – AVEG (PR)	Atos públicos, palestras, eventos de capacitação, protesto pacífico, ciberativismo, assessoria aos que estão ingressando no veganismo e à ONGs de proteção, petição, vegnics
Camaleão (SP)	Campanha <i>online</i> , protestos, panfletagem, colagem de cartazes, denúncias, atos públicos, consultoria para interessados no veganismo, exibição de filmes, palestras, eventos de culinária vegana, oficinas de capacitação e vegnics, produção de conteúdo, diálogo com empreendedores para implantação de opções veganas
Comitê Passofundense de Tutela Animal – COMPATA (RS)	Palestras, exibição de filmes, debates, manifestações, seminários, diálogo com poder político, elaboração de leis, resgate de animais
Frente de Ações pela Libertação Animal – FALA (DF)	Intervenção educativa, debate filosófico, desenvolvimento legal, ação direta não-violenta, biblioteca itinerante, exibição de filmes, palestras, eventos gastronômicos, vegnics, diálogo sobre o veganismo com pessoas e entidades protetoras de animais a fim de implementar opções veganas
Instituto Nina Rosa (SP)	Produção de material educativo (livros e documentários), palestras, cursos educadores humanitários
NÃO MATE (SP)	Intervenções urbanas, oficinas de arte gratuitas e produção de material (gráfico e audiovisual) de livre reprodução, projeções em espaços públicos e campanhas pelos direitos animais via rede social e meios impressos, palestras
Onca (PR e RS)	Atos públicos, palestras, manifestações, panfletagem, eventos gastronômicos, pesquisa e desenvolvimento de material informativo, diálogo com o poder político, exibições de vídeos, protestos, consultoria a interessados ao ingresso no veganismo, intervenção artística, vegnics, programa de rádio, capacitação de ativistas
Princípio Animal (RS)	Palestras, manifestações, exibição de vídeos, protestos, atos públicos, fiscalização e proposição de projetos de lei

¹⁴ Além da produção independente de material, como os podcasts, há grupos abolicionistas criados para o trabalho específico de comunicação, como sites e agências de notícias, corroborando a atuação do movimento. Porém, como essa forma de atuação é restrita, esses grupos não são considerados no estudo – não participaram do questionário e não serão analisados em relação ao enquadramento.

Revolução da Colher (ES, SC e SP)	Panfletagem, discussões teóricas, produção de material, organização de eventos, atos públicos, exibição de filmes
Sementes (SC)	Exibição de filmes, panfletagem, discussão teórica, elaboração de campanhas <i>online</i>
Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB (DF, GO, MG, PE, PR, RS, SC e SP)	Organização e participação em eventos, palestras, campanhas educativas de promoção ao vegetarianismo e ao movimento de abolição animal, mostras de filmes, oficinas culinárias, discussões literárias, diálogo com o poder político, diálogo com instituições de ensino
União Libertária Animal – ULA (RJ)	Intervenção educativa para crianças, elaboração de material, distribuição gratuita de material, divulgação de material educativo, palestras, manifestações
Vanguarda Abolicionista (RS)	“Terrorismo midiático” (várias ações comunicativas para expor conceitos do movimento), palestras, manifestações, guerrilha, panfletagem, divulgação da gastronomia vegana, diálogo com poder político, auxílio a protetores, capacitação de voluntários, participação na produção de material audiovisual, produção de artigos, atos informativos, exibição de filmes, eventos gastronômicos
Vegetarianismo Ético em Defesa dos Direitos Animais – VEDDAS (CE, PE e RN, SP)	Atos públicos, vegnics, mostra de filmes, palestras, capacitação de ativistas, manifestações, protestos, intervenções, ações judiciais, diálogo com o poder público, discussões teóricas
Veículo de Intervenção pelo Direito Animal – VIDA (SP)	Atos públicos, manifestações, intervenções diretas, discussões teóricas, vegnics

Enquadramento

A noção de enquadramento foi apresentada originalmente por Gregory Bateson, em estudo sobre a psicologia. Essa noção logo foi apropriada pela sociologia através de Erving Goffman. O conceito é herdeiro do interacionismo simbólico, desenvolvido na Escola de Chicago, e dialoga com o pragmatismo, a fenomenologia e a etnometodologia. *“For Goffman, frames denoted “schemata of interpretation” that enable individuals “to locate, perceive, identify, and label” occurrences within their life space and the world at*

large” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614). Segundo a teoria da mobilização política, de um modo geral, o enquadramento é uma atividade estratégica, acionada quando se abrem oportunidades políticas para a mobilização social e que encontra na mídia um papel importante.

Goffman elaborou a *frame analysis*, metodologia que “possibilita identificar as regras e as instruções que orientam determinada situação e o envolvimento dos atores nela” (MENDONÇA; GUIMARÃES SIMÕES, 2012, p. 189). Grande parte dos estudos em comunicação social que utilizam o conceito *frame* observam a construção que a mídia faz sobre os seus objetos. Benford e Snow (2000) se apropriaram do conceito para analisar a comunicação em âmbitos políticos de ação coletiva, eles discorrem “sobre como os atores coletivos inseridos no processo de mobilização social empregam quadros interpretativos da realidade, permitindo-lhes analisar sua situação atual e promover reivindicações públicas” (HANGAI, 2012, *online*). Segundo Benford e Snow (2000) *collective action frames* desempenham a função interpretativa “*developed and deployed to achieve a specific purpose-to recruit new members, to mobilize adherents, to acquire resources, and so forth*” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 624).

A comunicação é intrínseca aos processos de enquadramento, já que estes são processos de interação e de mobilização. A comunicação é uma necessidade dos coletivos organizados, uma vez que se atribui também à comunicação impressa, que facilitou a comunicação em escala maior, o processo de formação dos movimentos sociais como eles são caracterizados (TARROW, 2009), de forma a manter as redes sociais.

Um dos objetivos dos movimentos sociais é fazer com que as reivindicações ganhem adesão de mais pessoas e, posteriormente, estimular essas pessoas a agirem em prol das reivindicações dos movimentos. Esse processo é um dos apontados por Tarrow (2009) como principais dos movimentos sociais, o de instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais, e diz respeito ao consenso e à mobilização, cuja natureza é comunicativa. “Mobiliza-se para estimular uma participação maior na vida coletiva, nas questões que afligem a sociedade, em causas que são de responsabilidade de todos” (MAFRA, 2006, p. 36). A mobilização parte de um esforço deliberado para a construção do consenso, que implica em definições coletivas de uma situação e não é planejado, indo além dele, para levar as pessoas à ação. É o consenso mobilizado que produz a ação coletiva. E a

mobilização consiste em “tentativas deliberadas de difundir as perspectivas de um ator social entre partes de uma população” (KLANDERMANS¹⁵ apud TARROW, 2009, p.147).

Enquadramento do movimento

O movimento de abolição animal já é estudado pela perspectiva de enquadramento. Estudos recentes da área de sociais e sociais aplicadas (DECOUX; JASPER e POULSEN; WRENN; RUBISTEIN; FREMANN) trazem perspectivas construtoras ao debate. Em problematizar o *status quo*, os ativistas do movimento devem decidir a sua postura, a fim de ter mais eficácia de mobilização. Foucault defende que discursos transformadores, tais quais são o do movimento de abolição animal, exigem que as pessoas tenham pensamentos problematizadores e críticos, e Lakoff vai de acordo, na defesa de que as mudanças não acontecem sem que os problemas sejam estrategicamente remoldados (FREMANN, 2010). O linguísta Lakoff ainda acredita que o movimento deveria dizer o que ele idealisticamente acredita, o que reflete a sua filosofia e a sua visão moral (ibid).

Faz-se pertinente salientar algumas considerações dos autores. Jasper e Poulsen (1995) pontuam a necessidade de se considerar os significados culturais na elaboração de enquadramentos e os elaborar a partir de crenças pré-existentes – de tal forma, há retórica, o que diminui possíveis lacunas de entendimentos sobre o assunto. Quanto ao alinhamento de quadros, os autores acreditam que há mais chance de êxito em se alcançar uma comum definição de um problema e um comum jeito de resolvê-lo, quando os frames se encaixam melhor com as crenças dos potenciais recrutas; quando envolvem reivindicações acreditáveis empiricamente; quando são compatíveis com a experiência de vida e quando se encaixam com as narrativas que as pessoas contam sobre as suas vidas. Dois fatores favorecem a mobilização da opinião de um indivíduo: prévio ativismo em outra causa e inserção em uma subcultura que valoriza a prática política. Esses fatores deixam as pessoas sintonizadas às ideias e argumentos do emergente movimento e ainda ajudam o agrupamento de apoio mútuo de movimentos sociais durante fases de ciclos de protesto.

Como parte do material produzido e publicado pelos grupos do movimento estão imagens impactantes de sofrimento animal. Elas representam os chamados choques morais. Jasper e Poulsen (1995) argumentam a necessidade de choques morais, uma vez que os

¹⁵ KLANDERMANS, A. The formation and mobilization of consensus. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. **From structure to action**. International Social Movements Research. V. 1. Greenwich, 1988, p. 173-196.

indivíduos são frequentemente recrutados diretamente através desse recurso - o primeiro passo na mobilização da opinião é a exposição de situações que levantam sentimento de indignação, deixando o indivíduo inclinado à ação política. DeCoux (2009), de acordo com o uso dos choques morais, critica o movimento abolicionista quanto à sua recusa em utilizar representações de sofrimento e ao uso falho de choques morais. Seu uso bem sucedido é baseado contextualmente em estruturas pré-existentes, ideologia e identidade. O aumento da incorporação de material moralmente chocante na mídia diminui a eficácia desse instrumento (BLAXTER¹⁶ apud WRENN, 2013). Para DeCoux (2009) a relutância por parte do movimento abolicionista em utilizar representações de sofrimento impede progressos e a criação de uma massa crítica vegana. Em contraposição, há questionamentos sobre a eficácia da utilização de choques morais. Usualmente utilizado pela corrente bem-estarista, tal ferramenta enfoca o tratamento destinado aos animais, o que pode levar a conclusões de reforma, não a questionamentos do uso, mesmo em contextos abolicionistas.

Ataques e críticas direcionadas ao indivíduo dificultam que o efeito de sentido do enquadramento chegue ao indivíduo de maneira positiva. As pessoas são menos propensas a aderir uma causa que as obriga a fazer mudanças fundamentais no que é um estilo de vida profundamente enraizado (WRENN, 2013); o sentimento de medo pode paralisar a mobilização (JASPER¹⁷ apud WRENN, 2013). Isso é o que acontece com o vegetarianismo, onde o choque moral de animais sendo privados de uma vida é de responsabilidade de cada indivíduo que se alimenta de carne. É pela necessidade de colocar a culpa no outro que quando posicionamentos em que há uma distância social entre o público e o alvo de críticas ou de choques morais são mais fáceis de serem aderidos. Exemplo disso são experimentos em animais. Eles não são vivências cotidianas das pessoas, tanger ao grupo dos pesquisadores, nos laboratórios. Uma vez que é dos últimos a responsabilidade por danos aos animais, é mais fácil o público de modo geral acatar a opinião contrária a essa prática.

A partir de uma análise de conteúdo realizada em 400 jornais britânicos, Wrenn (2013) discorre sobre a dificuldade midiática de promover o veganismo em contexto não vegano. Há deturpação, censura e marginalização por parte da mídia. Isso, assim como os enquadramentos feitos por grupos dominantes no geral, impacta negativamente o sucesso do movimento de abolição, uma vez que o veganismo (base do abolicionismo) foi enquadrado pela mídia como difícil ou radical.

¹⁶ BLAXTER, J. As seen on TV—or seen off? Towards a vegan media critique. *Critical Society*, 1, 7-14. 2009.

¹⁷ JASPER, J. M. The emotions of protest: Affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, 13 (3), 397-424. 1998.

Gamson (apud WRENN, 2013) retoma o conceito de identidade, sendo um meio de reconhecimento do papel dos expectadores e da opinião pública em decretar a mudança social. De tal modo, cabe ao movimento abolicionista entender os diferentes segmentos sociais para trabalhar a partir dos seus entendimentos. Tomando como exemplo a cultura dominante (ainda) patriarcal, na qual o consumo e a utilização de animais é muitas vezes alinhado com as concepções de masculinidade, para ter maior produção de sentido, o movimento deveria enquadrar os direitos animais e o veganismo como uma questão de justiça e de racionalidade moral, mais do que como compaixão.

Abolitionism seeks to reach its goal of ending nonhuman animal use through consumer-based resistance. Consumption-based resistance is a political strategy adopted by many social movements in response to injustices involved with product content and preparation (Goodman and DuPuis, 2002; Micheletti and Follesdal, 2007). Consumers are seen as active holders of responsibility with the ability to change both market capitalism and society (Dickinson and Hollander, 1991; Micheletti and Follesdal, 2007; Piven, 2007). Personal consumption, in other words, can become a political action (Parker, 1999). (WRENN, 2012, p. 448).

Para reduzir e eventualmente eliminar essa demanda do consumidor por produtos de origem animal, ou seja, mobilizar indivíduos, os grupos abolicionistas usam os quadros de ação coletiva, que se divide em três componentes. O problema, já identificado, constitui o *diagnostic framing*. O *prognostic framing* sugere alternativas ao público. Um estudo realizado nos Estados Unidos acerca de enquadramentos do movimento (RUBINSTEIN, 2010), aponta que a solução é concentrada na dispersão de informações, aumentando o acesso a opções veganas, não no sentimento de culpa pela exploração animal. O terceiro componente é o *motivational framing*, que fornece justificativa e motivação para a participação e envolve um vocabulário que indica um sentimento de gravidade, urgência e eficácia (Benford e Snow, 2000). Os quadros motivacionais utilizados pelo movimento abolicionista exemplificam a gravidade dos matadouros e fazem apelo às crenças e costumes para que a situação seja revertida. Outro estudo dos enquadramentos do movimento abolicionista nos Estados Unidos (FREMANN, 2010) delineaia quatro principais enquadramentos utilizados: crueldade e sofrimento, mercantilização (animal como produto), danos aos seres humanos e ao ambiente, e matança desnecessária.

Conclusões analíticas quanto ao enquadramento dos movimentos no Brasil

Passado pelo movimento nos Estados Unidos, volta-se a atenção para os grupos brasileiros. Uma análise de enquadramento inicial foi realizada com os grupos que compõem a amostra, tendo como objeto os materiais disponibilizados na internet pelos grupos. O posicionamento que orienta os enquadramentos é de ordem ética e defende que animais são seres de uma vida, não existem para nosso uso e não merecem ser explorados.

Foi identificada semelhança dos enquadramentos principais dos grupos abolicionistas brasileiros em relação aos grupos norte-americanos do movimento. Os enquadramentos se repetem em diversos níveis, não mensurados nessa análise. Em comparação aos enquadramentos norte-americanos, a análise observa o surgimento de um enquadramento emergente nos grupos brasileiros: o de veganismo como benéfico para a sociedade, uma vez que a exploração animal é apresentada como possuindo relações com a exploração humana (inclusive em âmbito econômico) e com discriminações humanas. A tabela exprime o resultado da análise:

*A – Crueldade e sofrimento; B – Mercantilização; C – Danos à saúde e ao ambiente;
 D – Matança desnecessária; E – Outros enquadres; F – Uso de choques morais*

<i>Org./Enquadres</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>
AVEG	x	x	x		Libertação animal relacionada com a libertação de gênero	x
Camaleão	x		x	x	Libertação animal relacionada com a libertação humana	x
COMPATA				x	Veganismo como respeito aos animais	
FALA	x			x	Veganismo como respeito aos animais	x
Instituto Nina Rosa	x	x	x	x	Justiça social como uma consequência do veganismo; veganismo como cultura de paz e compaixão	x
NÃO MATE	x		x	x		x
Onca	x	x	x	x	Justiça social como consequência do veganismo; libertação animal relacionada com a libertação humana	x
Princípio Animal	x	x	x	x	Libertação animal relacionada com a libertação humana	x
Revolução da Colher	x		x	x	Libertação animal através da alimentação; libertação animal relacionada com a libertação humana	
Sementes	x		x	x		
SVB			x	x	Animais são seres equitativos, que merecem igual consideração	

ULA	x	x	x	x	Justiça social como uma consequência do veganismo; veganismo como cultura de paz e compaixão	x
Vanguarda Abolicionista	x	x		x		x
VEDDAS	x	x	x	x	Libertação animal relacionada com a libertação humana	x
VIDA	x	x	x	x	Justiça social como uma consequência do veganismo	

O problematizado uso de choques morais é decorrente nas organizações animalistas abolicionistas brasileiras. De forma geral, o problema da utilização animal é enquadrado como exploração, porém nem sempre como escravidão – um quadro que, bem construído, tem potencial de ser favorável ao movimento. Para que a atenção não se volte para o tratamento, a maior parte do movimento atua voltada a fatores positivos, bem como as organizações dos Estados Unidos e seguindo a linha de pensamento de Francione.

Fica a cargo de posteriores trabalhos uma análise mais aprofundada da construção dos enquadramentos, com estudo de campo, e a transversalidade dos grupos com o ambiente *online*. Outro ponto com potencial de ser explorado é o método educativo conscientemente empregado por alguns grupos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne** – a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde, 2012.

ARTICO, Antonia. M. Comunicação e ciberativismo nos movimentos veg-abolicionistas. **9º Interprogramas de mestrado**. Faculdade Casper Líbero. 2013. Artigo em português. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Antonia-Marcia-Artico.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2014.

BEDFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual Review of Sociology*. 26: 611-639, 2000.

CARMO, Íris N. do. “Viva o feminismo vegano!”: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 2013.

DECOUX, E. L. Speaking for the Modern Prometheus: The Significance of Animal Suffering to the Abolition Movement. *Animal Law Review* 16 (1): 9-64, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/SSRN-id1677173.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2014.

FREEMAN, C. P. (2010). Framing animal rights in the 'Go Veg' campaigns of U.S. animal rights organizations. **Society&Animals**. 18(2): 163-182, 2010. doi: 10.1163/156853010X492015. Disponível em:

<http://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=communication_facpub>. Acesso em: 23 de mai. 2014.

FOER, Jonathan Safran. **Comer animais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

HANGAI, Luis Antonio. A framing analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em comunicação. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, [S.l.], v. 2, n. 1, out. 2012. ISSN 2238-0701. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/view/28658/19303>>. Acesso em: 09 Nov. 2013.

JASPER, J. M.; POULSEN, J. D. Recruiting strangers and friends: Moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. **Social Problems**. 42 (4), 493-512, 1995. Disponível em: <http://www.jamesmjasper.org/files/Social_20_20Problems.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GUIMARÃES SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: São Paulo, vol. 27, n. 79, p. 187-20, junho, 2012.

RUBINSTEIN, Betsy. **For the Animals, the Earth, and Our Health: Strategies for Social Change and the Problem of Animal-Product Consumption**. **Advocate's Forum**. P. 60 – 67. 2010. Disponível em:

<http://ssa.uchicago.edu/sites/default/files/uploads/AdvocatesForum_2010_web.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WALLS, David. **Animal Rights Movement**. 11 mai. 2008. Disponível em:

<<http://www.sonoma.edu/users/w/wallsd/animal-rights-movement.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

WRENN, Corey L. Abolitionist animal rights: critical comparisons and challenges within the animal rights movement. **Interface: a journal for and about social movements**. 4 (2): 438-458. 2012. Disponível em: <<http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2012/11/Interface-4-2-Wrenn.pdf>>. Acesso em: 01 de jun. 2014.

_____. Abolition then and now: tactical comparisons between the human rights movement and the modern nonhuman animal rights movement in the U.S. **Journal of agricultural and environmental ethics**. 27 (2): 177-200. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/5349498/Abolition_Then_and_Now_Tactical_Comparisons_Between_the_Human_Rights_Movement_and_the_Modern_Nonhuman_Animal_Rights_Movement_in_the_United_States>. Acesso em: 04 de jun. 2014. ISSN 1187-7863.

_____. Resonance of animal shocks in abolitionist animal rights advocacy: overcoming contextual constraints. **Society and animals**. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/3641788/Resonance_of_Moral_Shocks_in_Abolitionist_Animal_Rights_Advocacy_Overcoming_Contextual_Constraints>. Acesso em: 01 de jun. 2014.